

Ebes Sistemas de Energia S.A.

CNPJ nº 12.194.903/0001-30

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31

Relatório da Administração 2021: A Administração da EBES Sistemas de Energia S.A. ("Companhia" ou "Órgão") submete à sua apreciação o Relatório da Administração e a correspondente Demonstração Financeira Individual e Consolidada, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Disclaimer:** Eventuais declarações contidas neste relatório relativas às perspectivas dos negócios da Companhia, projeções e ao seu potencial de crescimento constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Essas expectativas são altamente influenciadas por mudanças no mercado e o desempenho econômico geral do país, do setor e do mercado internacional, estando, portanto, sujeitas a mudanças e por isto não devem ser utilizadas como projeção futura de resultado da Companhia. **Mensagens aos acionistas:** Em 2021, continuamos com o ambiente macroeconômico afetado pela pandemia causada pela COVID-19, com o cenário marcado por forte pressão inflacionária, o que levou o Banco Central Brasileiro a acelerar o ritmo de intervenções por meio da elevação da taxa básica de juros. Um dos fatores que contribuiu para maior pressão sobre os preços (tarifas energéticas) no período foi o agravamento da crise hídrica no país, a pior dos últimos 91 anos, em razão do baixo volume de chuvas no período úmido em relação à média histórica, que trouxe impactos à formação da Energia Natural Afluente (ENA), especialmente nas regiões Sudeste e Centro-oeste, e contribuiu para a alta expressiva nos preços de energia. Conforme informações divulgadas pela ABSOLAR - Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, o potencial da energia fotovoltaica no Brasil vem crescendo de maneira expressiva. A geração de energia fotovoltaica há muito tempo é vista como uma tecnologia de energia limpa e sustentável, que se baseia na fonte renovável de energia mais abundante e amplamente disponível no planeta - o sol. O Brasil possui um potencial enorme a ser desenvolvido e um grande mercado ainda a ser penetrado. **Principais destaques:** A Companhia continuou crescendo com taxas altas, o número de clientes cresceu de aproximadamente 4.000 em 2020 para 30.000 em 2021. A capacidade de fazendas conectadas aumentou 114% de 2020 para 2021, chegando a 88 MWac, equivalente a aproximadamente 119 MWp. A receita líquida consolidada aumentou 14,1% em relação ao exercício de 2020, de R\$47,5 milhões no exercício de 2020 para R\$54,2 milhões no exercício de 2021 (R\$22,6 milhões em 2019), em função do aumento da capacidade instalada. O resultado do exercício totalizou prejuízo de R\$96,2 milhões (prejuízos de R\$34,6 milhões e R\$27,9 milhões nos exercícios de 2020 e 2019, respectivamente) e o EBITDA ficou negativo em R\$13,8 milhões no exercício findo em 2021 (R\$5,2 milhões negativo no exercício de 2020 e R\$18,4 milhões negativo no exercício de 2019). Abaixo segue conciliação do prejuízo do exercício para o EBITDA com as demonstrações financeiras da Companhia:

	2021	2020	2019
(Em milhares de R\$)	(96.196)	(34.611)	(27.985)
Resultado financeiro	65.154	14.561	4.148
Imposto de renda e contribuição social	4.479	4.955	1.619
Depreciação e amortização	12.812	9.945	3.776
EBITDA (1) (negativo)	(13.751)	(5.150)	(18.442)
(1) EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medida não contábil divulgada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, em consonância com a Instrução CVM nº 527/12, de 4 de outubro de 2012 ("ICVM 527"), e consiste no lucro líquido (prejuízo) do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e pela depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não representa o fluxo de caixa dos exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido (prejuízo), como indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Embora o EBITDA possua um significado			

BALANÇOS PATRIMONIAIS		Controladora			Consolidado		
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Ativo			(reapre-sentado)	(reapre-sentado)	(reapre-sentado)	(reapre-sentado)	(reapre-sentado)
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	31.649	18.592	1.128	22.787	26.580	20.192
Caixa restrito	5	803	643	—	—	830	—
Contas a receber	7	5.092	2.261	137	6.708	14.458	5.894
Instrumentos financeiros derivativos	8	141	831	—	—	831	—
Estoques	9	38.748	—	—	7.701	—	7.701
Partes relacionadas	10	26.370	25.591	34.961	4.787	—	—
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.276	225	384	454	1.382	225
Impostos a recuperar		7.242	7.417	10.986	932	7.251	7.523
Outros ativos	11	18.570	7.739	8.910	356	24.784	9.216
Ativos das operações descontinuadas	12	129.891	63.299	56.506	43.725	100.306	61.421
Total do ativo circulante		183	500	5.527	—	183	500
Não circulante							
Caixa restrito	5	317.882	1.586	1.962	—	319.998	8.407
Títulos e valores mobiliários	6	—	—	—	—	39.009	—
Contas a receber	7	—	—	315	—	—	315
Partes relacionadas	10	3.538	3.100	8.358	24.724	2.195	1.259
Impostos a recuperar		1.390	4	—	7.977	1.390	4
Depósitos judiciais	20	235	108	152	152	243	108
Investimentos	13	49.072	61.768	56.008	42.207	—	91
Imobilizado	14	14.689	6.210	14.589	5.303	349.109	156.715
Direito de uso de ativo	15	876	901	1.297	208	32.127	11.089
Intangível	16	3.769	1.392	1.391	1.625	26.194	13.840
Total do ativo		391.451	75.069	83.757	82.511	770.265	191.422
		521.525	138.868	145.790	126.236	870.754	253.343

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS		Controladora			Consolidado		
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	23	107.579	2.918	19.148	54.153	47.464	22.619
Custo dos produtos e serviços prestados	24	(96.922)	(3.343)	(17.354)	(10.100)	(12.042)	(9.116)
Lucro (prejuízo) bruto		10.657	(425)	1.794	44.053	35.422	13.503
(Despesas) Outras receitas operacionais							
Despesas com vendas	24	(16.068)	(7.822)	(1.760)	(16.068)	(9.628)	(4.114)
Despesas gerais e administrativas	24	(48.147)	(32.916)	(25.612)	(53.631)	(38.664)	(28.215)
Outras despesas operacionais, líquidas		(829)	(188)	(45)	(829)	(208)	(82)
Resultado de equivalência patrimonial	13	(23.461)	10.726	(547)	—	—	—
Prejuízo antes do resultado financeiro		(88.505)	(30.200)	(27.964)	(70.528)	(48.500)	(32.411)
Receitas financeiras		(77.848)	(30.625)	(26.170)	(26.475)	(13.078)	(18.908)
Despesas financeiras		15.269	6.445	4.030	16.766	4.026	2.900
Resultado financeiro líquido		(33.529)	(6.414)	(2.535)	(81.920)	(18.587)	(7.048)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	25	(18.260)	(1.969)	1.495	(65.154)	(14.561)	(4.148)
Imposto de renda e contribuição social		(96.108)	(32.594)	(24.675)	(91.629)	(27.639)	(23.056)
Prejuízo do exercício	26	(96.108)	(32.594)	(24.675)	(96.108)	(32.594)	(24.675)
Prejuízo por ação das operações em continuidade - básico e diluído - em R\$	22	(96.196)	(34.611)	(27.985)	(96.196)	(34.611)	(27.985)
Prejuízo por ação - em R\$	22	(96.196)	(34.611)	(27.985)	(96.196)	(34.611)	(27.985)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES		Controladora e Consolidado		
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo líquido do exercício		(96.196)	(34.611)	(27.985)
Outros resultados abrangentes		—	—	—
Total do resultado abrangente do exercício		(96.196)	(34.611)	(27.985)
Total do resultado abrangente do exercício		(96.108)	(32.594)	(24.675)
Operações descontinuadas		(88)	(2.017)	(3.310)
Operações descontinuadas		(96.196)	(34.611)	(27.985)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Capital social	Reserva de capital	Reserva de ágio	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
	Nota	157.017	—	1.384	(64.693)	93.708
Saldos em 1 de janeiro de 2019 (reapresentado)		—	—	—	—	—
Aumento de capital	21	39.352	—	—	—	39.352
Amortização de ágio	16 e 21	—	—	(220)	220	—
Aumento de reserva de capital	21	—	603	—	—	603
Prejuízo do exercício		—	—	—	(27.985)	(27.985)
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)		196.369	603	1.164	(92.458)	105.678
Amortização de ágio	16 e 21	—	—	(220)	220	—
Prejuízo do exercício		—	—	—	(34.611)	(34.611)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)		196.369	603	944	(126.849)	71.067
Amortização de ágio	16 e 21	—	—	(220)	220	—
Prejuízo do exercício		—	—	—	(96.196)	(96.196)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		196.369	603	724	(222.825)	(25.129)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

1. Contexto operacional: A EBES Sistemas de Energia S.A. ("Companhia" ou "EBES"), constituída em 17 de fevereiro de 2011, tem por objeto a prestação de serviços de desenvolvimento, consultoria e engenharia em projetos de sistemas de energia térmica, mecânica, solar e equipamentos eletromecânicos, bem como representação comercial, distribuição, importação, exportação, fabricação, comercialização, instalação, obras de construção civil, manutenção e aluguel de equipamentos para sistemas de energia. A Companhia participa no capital social de outras sociedades, participa de projetos relacionados ao seu objeto social, na forma de consórcios, condomínios ou cooperativas e/ou outra estrutura jurídica que não detenha personalidade jurídica própria, e, também estrutura e participa em projetos de geração de energia distribuída relacionado ao Sistema de Compensação de Energia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A sede social da Companhia está localizada na rua Consórcio, 233, sala 404, Centro, Campinas/SP. O nome comercial da Companhia é Órgão Energia (Órgão). A Companhia possui escritórios em São Paulo - SP onde consta o escritório fi-nanceiro, em Mombaca - Ceará, e em Belo Horizonte - MG. A Companhia, por intermédio de suas controladas, desenvolve projetos de implantação de Usinas de Micro e Minigeração de Energia Fotovoltaicas (UFVs). Uma vez construída e estabelecida cada UFV, a Companhia atua na estruturação de Consórcios (união de CNPJs) ou Cooperativas (união de CPFs e CNPJs) de consumidores de energia, que por sua vez alugam das controladas da Companhia, os ativos de geração implantados nas UFVs. Os consórcios ou cooperativas compartilham os direitos econômicos das UFVs entre consorciados ou cooperados, conforme o caso, e se responsabilizam pelas despesas de gestão, operação e manutenção da UFV alugada, visando se beneficiarem da geração energética correspondente junto às companhias distribuidoras de energia, através de desconto em suas contas de energia. Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 os Consórcios e Cooperativas ativos são: Consórcio Canastra, Consórcio Chico Rei, Consórcio Daltex, Consórcio Fenícia, Consórcio Inconfidentes, Consórcio Libertas, Consórcio Origio Energia Estrada Real, Consórcio Origio Energia Igarassu I, Consórcio Origio Energia Igarassu II, Consórcio Origio Energia Serra Do Cipó, Consórcio Penaquá, Consórcio Sagarana, Consórcio Tiradentes, Consórcio Tiopeiros, Consórcio Velho Chico, Cooperativa Origio Geração Distribuída (Cogd) e Cooperativa Solar Geração Distribuída, (Csgd). A Companhia aumentou o investimento em novas usinas de geração de energia solar em 2021, atendendo aproximadamente 30 mil clientes no estado de Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo através de fazendas próprias e de terceiros. Em 31 de dezembro de 2021, 29 Usinas Fotovoltaicas, próprias e de terceiros, estavam em operação com 119 MWac.

1 Unidade de produção energética igual à energia produzida pela operação contínua de um megawatt de capacidade durante um período de tempo. MWac é a potência nominal e MWp a potência pico de placas.

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Companhia possuía 41 MWac, 31 MWac e 11 MWac, respectivamente, conectados e operando através das UFVs instaladas em suas controladas conforme detalhado abaixo:

	2021	2020	2019
	5	5	1
São Bento	—	—	—
Lambari	—	—	—
Pimenta	—	—	—
EBES Adm.	—	—	—
Barreiro	—	—	—
Lagoa Grande	—	—	—
Três Reis	—	—	—
Guariba	—	—	—
Caixa e equivalentes de caixa	1	—	—
Contas a receber	—	—	—
Impostos a recuperar	—	—	—
Outros créditos	3	4	—
Partes Relacionadas	—	—	—
Circulante	4	4	—
Partes relacionadas	—	—	—
Instrumentos financeiros	—	—	—
Direito de uso de ativo	679	3.351	1.453
Imobilizado	41	67	92
Intangível	—	32	—
Não circulante	720	3.450	1.545
Total do ativo	724	3.454	1.545
Fornecedores	11	3	11
Obrigações trabalhistas	—	2	20
Obrigações tributárias	1	8	124
Partes relacionadas	—	—	—
Passivo de arrendamento	79	384	170
Empréstimos e financiamentos	—	—	—
Circulante	91	424	183
Partes relacionadas	—	—	—
Passivo de arrendamento	614	3.017	1.319
Empréstimos e financiamentos	—	—	—
Não circulante	614	3.017	1.319
Total do passivo	705	3.441	1.502
Total do ativo líquido incorporado	19	13	43

308 112 308 208 21.744 2.695 810 12.801 16.306 38.050 2.116 53 16 53 8.000 95 1.621 11.885 739 26.981 27.720 39.605 1.555

padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da ICVM 527, a Companhia não pode garantir que outras companhias, inclusive companhias fechadas, adotarão esse mesmo significado. • A Companhia expandiu seu acesso ao mercado de capitais brasileiro emitindo diversas dívidas para financiar a sua expansão. Como destaque temos a emissão de cerca de R\$80 milhões via Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), R\$201,5 milhões via Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), R\$220 milhões em debêntures conversíveis e R\$177 milhões via notas comerciais. O crescimento do endividamento em 2021 faz com que a Administração acredite que, mesmo em condições atípicas de mercado a Companhia tenha capacidade de continuar financiando seus projetos. • Continuamos investindo em aumentar o número de novas fazendas solares. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tinha 119 MWp em operação e 334 MWp do qual a fonte de recurso para construir já está garantida, seja com recursos próprios ou com contratos com terceiros. Além destes projetos, a Companhia já obteve 271 MWp em pareceres de acesso i-juo desenvolvimento do projeto, obtenção de licenças, definição de traçado, permissão de passagem da rede de conexão até a rede da distribuidora, já foi iniciado, e estamos definindo a fonte de recursos necessários para construir, pois eles ainda não atingiram o estágio que permite iniciar as construções. Estes projetos assegurarão crescimento da Companhia nos próximos anos e garantirão a expansão geográfica da Órgão, uma vez que muitos destes projetos são em novos estados.

Destaques financeiros

(Em milhares de R\$)

	2021	AH%	2020	AH%	2019
Receita líquida	54.153	14,1%	47.464	109,8%	22.619
Lucro bruto	44.053	24,4%	35.422	162,3%	13.503
Despesas financeiras	(81.920)	3,3%	(18.587)	163,7%	(7.048)
Prejuízo líquido	(19.196)	177,9%	(34.611)	23,7%	(27.985)
EBITDA	(13.751)	167,0%	(5.150)	(72,1%)	(18.442)
Divida líquida (2)	423.975	242,9%	123.632	26,2%	97.954
(2) Divida Bruta é representada pela soma dos empréstimos, financiamentos e derivativos (circulante e não circulante), debêntures (circulante e não circulante) e passivo de arrendamento (circulante e não circulante). A Divida líquida corresponde a Divida Bruta deduzida do caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito e dos títulos e valores mobiliários vinculados. A Divida Bruta e a Divida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possuem significado padrão. Outras companhias podem calcular a Divida Bruta e a Divida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia. Abaixo apresentamos a reconciliação de Divida Bruta e Divida Líquida com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:					
(Em milhares de R\$)	2021	AH%	2020	AH%	2019
Empréstimos, financiamentos e derivativos (circulante e não circulante)	582.854	494,3%	98.066	-22,9%	127.222
Debêntures (circulante e não circulante)	218.649	335,5%	50.212	100,0%	—
Passivo de arrendamento (circulante e não circulante)	33.769	202,3%	11.170	60,0%	6.981
(-) Divida Bruta	835.272	423,9%	159.448	18,8%	134.203
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(51.007)	91,9%	(26.580)	31,6%	(20.192)
(-) Caixa restrito	(321.281)	3.378,6%	(9.236)	-42,5%	(16.057)
(-) Títulos e valores mobiliários vinculados	(39.009)	100,0%	—	—	—
Divida Líquida (2)	423.975	242,9%	123.632	26,2%	97.954

O crescimento da receita líquida consolidada ao longo dos exercícios se deu em função do aumento da capacidade instalada das fazendas próprias e de terceiros, encerrando em 2021 com 119 MWp em 1 Parecer de acesso - Documento pelo qual a distribuidora consolida os estudos e avaliações de viabilidade da solicitação de acesso requerida para uma conexão ao sistema elétrico.

BALANÇOS PATRIMONIAIS	
Passivo e patrimônio líquido	
Circulante	
Fornecedores	
Empréstimos e financiamentos	
Debêntures	
Instrumentos financeiros derivativos	
Partes relacionadas	
Passivo de arrendamento	
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	
Obrigações tributárias	
Outros passivos	
Passivo das operações descontinuadas	
Total do passivo circulante	
Não circulante	
Empréstimos e financiamentos	
Debêntures	
Passivo de arrendamento	
Pagamentos baseado em ações	
Provisão para perdas em controladas	
Provisão para demandas judiciais	
Total do passivo não circulante	
Patrimônio líquido	
Capital social	
Reserva de capital	
Reserva de ágio	
Prejuízos acumulados	
Total do patrimônio líquido	
Total do passivo e patrimônio líquido	

✦ continuação

te no decorrer de cada exercício, planos de negócios, que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, que detalham os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Esses planos são acompanhados durante o exercício pelo conselho de administração da companhia, podendo sofrer alterações. **Impactos da COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia:** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde classificou o surto para pandemia, devido ao alcance global. A rápida e repentina propagação desta pandemia continua causando a paralisação de vários setores produtivos e comerciais e desencadeando decisões significativas de governos e entidades do setor privado que aumentam o grau de incerteza para os agentes econômicos e gerou impactos relevantes na atividade econômica de alguns setores. Apesar do impacto negativo na economia mundial, a COVID-19 não afetou significativamente o resultado e/ou operações da Órgão nos 12 meses findos em 31 de dezembro de 2021, a exceção foi o aumento da despesa financeira devido ao aumento da inflação e da taxa de juros como reflexo da pandemia. No ano de 2020 a Companhia concluiu o projeto de inclusão da pessoa física na base de clientes. Este projeto garantiu que as fazendas, já em operação e novas fazendas, mantivessem sua ocupação conforme o planejado. Não houve impacto no cronograma dos projetos. Para cumprir os prazos de construção das UFVs a administração manteve reuniões semanais com os coordenadores das obras e equipes internas de infraestrutura, de forma a se antecipar qualquer problema que houvesse e buscar com rapidez uma solução para não atrasar os projetos. Visando reduzir os impactos financeiros a Administração ainda adotou as seguintes medidas: • Implementação de um comitê de Gestão de Crise; • Restrições com relação à circulação e à aglomeração de pessoas em suas dependências, como forma de evitar a disseminação do vírus; • Adoção do regime híbrido em 2021, no período de pandemia, para todos os funcionários; • Intensificação nos comunicados internos de medidas preventivas; • Otimização do uso de tecnologia para assegurar o atendimento virtual aos seus clientes, impactando o mínimo possível suas atividades administrativas e operacionais. Por consequência das medidas apresentadas acima, a Administração considera ter seguido com eficácia os direcionamentos dos órgãos competentes em relação a boas práticas no ambiente de trabalho para prevenção da COVID-19, se adaptou rapidamente à nova realidade de trabalho remoto. A administração da Companhia continua monitorando o impacto da COVID-19 e a situação global, sua condição financeira, sua liquidez, a situação de seus fornecedores, parceiros e de sua força de trabalho para assegurar a segurança de seus colaboradores e garantir a manutenção de seus negócios. Adicionalmente, com a normalização da atividade econômica no Brasil, a Companhia não espera efeitos significativos que possam afetar seu resultado ou comprometer sua capacidade operacional e a implementação de novos projetos no próximo exercício. Os membros da Diretoria da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, e concluíram que a forma, o conteúdo e a apresentação das demonstrações financeiras traduzem a realidade econômica e financeira da Companhia e se aprovam em 22 de fevereiro de 2022. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As demonstrações financeiras individuais da Companhia, aqui denominada Controladora, estão sendo divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras. A Companhia está apresentando neste conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os dois últimos exercícios comparativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em acréscimo, a Companhia apresenta um balanço patrimonial adicional no início do período mais antigo divulgado, quando se realiza aplicação retrospectiva de uma política contábil, representação retrospectiva ou reclassificação de itens nas demonstrações financeiras. O balanço patrimonial adicional na data-base de 1º de janeiro de 2019 é apresentado nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido à representação retrospectiva para correção de erro (Nota 2.5.15). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. **2.1. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros derivativos e os pagamentos baseado em ações (*Phantoms*), os quais são mensurados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira quando ocorrerem, são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas cambiais oriundas da conversão de moeda estrangeira são reconhecidos no resultado. **2.4. Bases de consolidação e investimentos em controladas e coligadas:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, conforme detalhadas a seguir, em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, além de 1 de janeiro de 2019, especificamente, para o balanço patrimonial consolidado. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os seguintes critérios: • Eliminação dos saldos de contas do ativo e passivo, entre as empresas consolidadas; • Eliminação dos investimentos e resultado da equivalência patrimonial nas empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida; • Eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; • Eliminação do lucro nos estoques e venda de ativo imobilizado, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas; As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas: a) **Controladas:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial (MEP) desde a data que o controle é adquirido. Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As práticas contábeis e estimativas das controladas são consistentes com as práticas contábeis e estimativa adotadas pela Companhia. Adicionalmente, todas as controladas seguem o mesmo exercício social da Companhia, encerrando em 31 de dezembro de cada ano. b) **Coligadas:** Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possui investimentos em coligadas, tendo em vista a baixa do investimento realizada, conforme Nota 13. c) **Transações e participações de acionistas/quotistas não controladores:** A Companhia não possui acionistas/quotistas não controladores, tendo em vista que detém em conjunto com sua controlada FINCO, 100% do controle das demais controladas, conforme percentual de participação divulgado abaixo. A seguir são apresentados os percentuais de participação que a Companhia possui de suas controladas e coligadas, e a principal atividade de cada uma delas, que compõem as demonstrações financeiras em cada exercício:

Nome da Controlada	Principal Atividade	Participação (%)			
		2021	2020	2019	01.01.19
Operacionais					
Finco Assessoria Financeira Ltda.	Prestação de serviços administrativos	100	100	100	100,00
João Pinheiro Solar Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100	100	99,99
Sagarana Geração de Energia Solar Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100	100	99,90
Manga Geração de Energia Solar Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100	100	99,90
Francisco Sá II Geração de Energia Solar Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100	100	99,90
Janaúba II Geração de Energia Solar Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100	100	99,90
São Francisco Angicos Geração de Energia Solar Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	99,90	99,90	99,90
Melgaço Geração de Energia 31 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	99,90	99,90	99,90
EBES Administradora de Consórcios Ltda.	Administradora de consórcios	–	100	100	99,90
Tridentes Geração de Energia Solar Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	–	100	100	99,90
Pampulha Geração de Energia Solar Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	–	100	100	99,90
Janaúba Floresta Geração de Energia Solar Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	–	100	100	99,90
Barreiro Geração de Energia Solar 21 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	–	99,90	99,90	–
Brasília de Minas Campo Lindo Geração de Energia Solar Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	–	–	99,90	–
Lagoa Grande Geração de Energia Solar 22 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	–	99,90	99,90	–
Lambari Geração de Energia Solar 20 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	–	99,90	99,90	–
Santa Rosa Geração de Energia Solar 14 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	99,90	99,90	–
São Bento Geração de Energia Solar 17 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	–	99,90	99,90	–
Três Reis Geração de Energia Solar 18 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	–	99,90	99,90	–
Pimenta Geração de Energia 28 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	–	99,90	99,90	–
Guariba Geração de Energia 43 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	–	–	–	–

Nome da Controlada	Principal Atividade	Participação (%)			
		2021	2020	2019	01.01.19
Pré-operacionais					
São Francisco III Geração de Energia Solar Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	99,90	99,90	99,90
Mato Verde Geração de Energia Solar Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	99,90	99,90	99,90
Várzea da Palma Curumatal Geração de Energia Solar Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	99,90	99,90	–
Buriti Geração de Energia Solar 25 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	99,90	99,90	–
Capim Branco Geração de Energia Solar 15 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	99,90	99,90	–
Irai de Minas Geração de Energia Solar 19 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	99,90	99,90	–
Marimbondo Geração de Energia Solar 23 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	99,90	99,90	–
Cruzeiro Geração de Energia Solar 24 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	99,90	99,90	–
Campestre Geração de Energia Solar 16 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	99,90	99,90	–
Six Energia Desenvolvimento de Negócios Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	99,90	99,90	–
Passaio Geração de Energia 26 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	99,90	99,90	–
Frutal Geração de Energia 27 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	99,90	99,90	–
São Gotardo Geração de Energia 32 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	99,90	–	–
Piumhi Geração de Energia 33 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	99,90	–	–
Terra Vista II Geração de Energia 30 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	99,90	–	–
Santa Martha Geração de Energia 29 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	99,90	–	–
Ponte Alta Geração de Energia 34 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	99,90	–	–
Poutrinha Geração de Energia 37 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	99,90	–	–
Três Amores Geração de Energia 36 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	99,90	–	–
Jacuaína Geração de Energia 35 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	99,90	–	–
Verentes Geração de Energia 39 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	99,90	–	–
Petrolina Geração de Energia 38 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	99,90	–	–
Parmamirim Geração de Energia 40 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	99,90	–	–
Princesa dos Carneiros Geração de Energia 41 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	99,90	–	–
Campos Novos Geração de Energia 42 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	99,90	–	–
Bananal Geração de Energia Solar 46 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	99,90	–	–
Januária Geração de Energia 45 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	99,90	–	–	–
Monte Carmelo Geração de Energia 44 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	99,90	–	–	–
Juazeiro Geração de Energia 50 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	99,90	–	–	–
Paratinga Geração de Energia 51 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	99,90	–	–	–

(a) Controlada vendida em 2020, Nota 1. (b) Controladas incorporadas, Nota 1. (c) Variação dos percentuais de participação em função de aumentos de capital realizados, Nota 13.

2.5. Principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, salvo disposição em contrário. **2.5.1. Instrumentos financeiros:** O CPC 48 (IFRS 09) Instrumentos Financeiros é vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) **Custo Amortizado;** (ii) **Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes;** e (iii) **Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício** (categoria residual). A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos: O CPC 48 (IFRS 09) apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. Correlação aos passivos financeiros, requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuída à mudança no risco de crédito durante o período, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado. **Mensuração:** Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo. Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la. A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde: • Ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro; • Menos as amortizações de principal; e • Mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva. Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período. Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente. **Reconhecimento:** As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor dos demais ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas" ou "Custos" respectivamente, no período em que ocorrem. **Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou • A Companhia transferir seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebíveis sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferir o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Os ativos financeiros da Companhia incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, títulos e valores mobiliários, contas a receber e partes relacionadas e instrumentos financeiros derivativos. Os passivos financeiros da Companhia incluem, principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, passivos de arrendamento, pagamento baseado em ações - *Phantoms*, partes relacionadas, e instrumentos financeiros derivativos. As *Phantoms* estão registradas ao valor justo por meio do resultado. A Companhia não possui transações de *Hedge Accounting* em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019. **Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** O CPC 48 (IFRS 09) substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A "provisão para perdas de crédito esperado", é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de clientes e demais valores a receber existentes na data do balanço. O critério de constituição da provisão leva em consideração avaliação do risco associado às operações e os títulos vencidos há mais de 60 dias, e também com base na experiência histórica de perdas sobre recebíveis, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. **Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de curto prazo, os quais são sujeitos a um risco insignificante de perda de valor e são utilizados para a gestão de obrigações de curto prazo. **Contas a receber:** Incluem-se as vendas de UFVs pelas controladas e a prestação de serviço de administração de clientes, ou os termos de um *performance* pela Companhia, para os consórcios e cooperativas registrados com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como clientes, pois representam direitos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros; pelo fato das contas a receber ser liquidadas normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. Referem-se a compras de materiais voltados para a elaboração e desenvolvimento dos geradores solares fotovoltaicos, equipamentos para a construção das fazendas solares, serviços a pagar, compra de materiais de escritórios, dentre outros. **Empréstimos e financiamentos e Debêntures:** Os empréstimos e financiamentos e Debêntures são inicialmente reconhecidos aos valores líquidos recebidos pelo financeiro, e o diferencial, tratado como encargos financeiros e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As debêntures são títulos de dívida emitidos por sociedades anônimas e oferecidos diretamente para os investidores (debenturistas), que se tornam credores da Companhia e recebem uma remuneração (geralmente na forma de juros) até o vencimento do título. Seguindo as premissas do CPC 08 (R1)/IAS 32 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de instrumento de dívida (empréstimos, financiamentos ou títulos de dívida tais como debêntures, notas comerciais ou outros valores mobiliários) são contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido do instrumento financeiro emitido, para evidênciação do valor líquido recebido, sob a rubrica de custos a amortizar. **Capitalização de custos de empréstimos:** Os custos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos durante o prazo, os quais são sujeitos a um risco insignificante de perda de valor e são utilizados para a gestão de obrigações de curto prazo. **Contas a receber:** Incluem-se as vendas de UFVs pelas controladas e a prestação de serviço de administração de clientes, ou os termos de um *performance* pela Companhia, para os consórcios e cooperativas registrados com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como clientes, pois representam direitos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros; pelo fato das contas a receber ser liquidadas normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. Referem-se a compras de materiais voltados para a elaboração e desenvolvimento dos geradores solares fotovoltaicos, equipamentos para a construção das fazendas solares, serviços a pagar, compra de materiais de escritórios, dentre outros. **Empréstimos e financiamentos e Debêntures:** Os empréstimos e financiamentos e Debêntures são inicialmente reconhecidos aos valores líquidos recebidos pelo financeiro, e o diferencial, tratado como encargos financeiros e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As debêntures são títulos de dívida emitidos por sociedades anônimas e oferecidos diretamente para os investidores (debenturistas), que se tornam credores da Companhia e recebem uma remuneração (geralmente na forma de juros) até o vencimento do título. Seguindo as premissas do CPC 08 (R1)/IAS 32 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de instrumento de dívida (empréstimos, financiamentos ou títulos de dívida tais como debêntures, notas comerciais ou outros valores mobiliários) são contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido do instrumento financeiro emitido, para evidênciação do valor líquido recebido, sob a rubrica de custos a amortizar. **Capitalização de custos de empréstimos:** Os custos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos durante o prazo, os quais são sujeitos a um risco insignificante de perda de valor e são utilizados para a gestão de obrigações de curto prazo. **Contas a receber:** Incluem-se as vendas de UFVs pelas controladas e a prestação de serviço de administração de clientes, ou os termos de um *performance* pela Companhia, para os consórcios e cooperativas registrados com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como clientes, pois representam direitos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros; pelo fato das contas a receber ser liquidadas normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. Referem-se a compras de materiais voltados para a elaboração e desenvolvimento dos geradores solares fotovoltaicos, equipamentos para a construção das fazendas solares, serviços a pagar, compra de materiais de escritórios, dentre outros. **Empréstimos e financiamentos e Debêntures:** Os empréstimos e financiamentos e Debêntures são inicialmente reconhecidos aos valores líquidos recebidos pelo financeiro, e o diferencial, tratado como encargos financeiros e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As debêntures são títulos de dívida emitidos por sociedades anônimas e oferecidos diretamente para os investidores (debenturistas), que se tornam credores da Companhia e recebem uma remuneração (geralmente na forma de juros) até o vencimento do título. Seguindo as premissas do CPC 08 (R1)/IAS 32 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de instrumento de dívida (empréstimos, financiamentos ou títulos de dívida tais como debêntures, notas comerciais ou outros valores mobiliários) são contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido do instrumento financeiro emitido, para evidênciação do valor líquido recebido, sob a rubrica de custos a amortizar. **Capitalização de custos de empréstimos:** Os custos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos durante o prazo, os quais são sujeitos a um risco insignificante de perda de valor e são utilizados para a gestão de obrigações de curto prazo. **Contas a receber:** Incluem-se as vendas de UFVs pelas controladas e a prestação de serviço de administração de clientes, ou os termos de um *performance* pela Companhia, para os consórcios e cooperativas registrados com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como clientes, pois representam direitos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros; pelo fato das contas a receber ser liquidadas normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. Referem-se a compras de materiais voltados para a elaboração e desenvolvimento dos geradores solares fotovoltaicos, equipamentos para a construção das fazendas solares, serviços a pagar, compra de materiais de escritórios, dentre outros. **Empréstimos e financiamentos e Debêntures:** Os empréstimos e financiamentos e Debêntures são inicialmente reconhecidos aos valores líquidos recebidos pelo financeiro, e o diferencial, tratado como encargos financeiros e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As debêntures são títulos de dívida emitidos por sociedades anônimas e oferecidos diretamente para os investidores (debenturistas), que se tornam credores da Companhia e recebem uma remuneração (geralmente na forma de juros) até o vencimento do título. Seguindo as premissas do CPC 08 (R1)/IAS 32 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de instrumento de dívida (empréstimos, financiamentos ou títulos de dívida tais como debêntures, notas comerciais ou outros valores mobiliários) são contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido do instrumento financeiro emitido, para evidênciação do valor líquido recebido, sob a rubrica de custos a amortizar. **Capitalização de custos de empréstimos:** Os custos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos durante o prazo, os quais são sujeitos a um risco insignificante de perda de valor e são utilizados para a gestão de obrigações de curto prazo. **Contas a receber:** Incluem-se as vendas de UFVs pelas controladas e a prestação de serviço de administração de clientes, ou os termos de um *performance* pela Companhia, para os consórcios e cooperativas registrados com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como clientes, pois representam direitos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros; pelo fato das contas a receber ser liquidadas normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. Referem-se a compras de materiais voltados para a elaboração e desenvolvimento dos geradores solares fotovoltaicos, equipamentos para a construção das fazendas solares, serviços a pagar, compra de materiais de escritórios, dentre outros. **Empréstimos e financiamentos e Debêntures:** Os empréstimos e financiamentos e Debêntures são inicialmente reconhecidos aos valores líquidos recebidos pelo financeiro, e o diferencial, tratado como encargos financeiros e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As debêntures são títulos de dívida emitidos por sociedades anônimas e oferecidos diretamente para os investidores (debenturistas), que se tornam credores da Companhia e recebem uma remuneração (geralmente na forma de juros) até o vencimento do título. Seguindo as premissas do CPC 08 (R1)/IAS 32 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de instrumento de dívida (empréstimos, financiamentos ou títulos de dívida tais como debêntures, notas comerciais ou outros valores mobiliários) são contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido do instrumento financeiro emitido, para evidênciação do valor líquido recebido, sob a rubrica de custos a amortizar. **Capitalização de custos de empréstimos:** Os custos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos durante o prazo, os quais são sujeitos a um risco insignificante de perda de valor e são utilizados para a gestão de obrigações de curto prazo. **Contas a receber:** Incluem-se as vendas de UFVs pelas controladas e a prestação de serviço de administração de clientes, ou os termos de um *performance* pela Companhia, para os consórcios e cooperativas registrados com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como clientes, pois representam direitos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros; pelo fato das contas a receber ser liquidadas normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. Referem-se a compras de materiais voltados para a elaboração e desenvolvimento dos geradores solares fotovoltaicos, equipamentos para a construção das fazendas solares, serviços a pagar, compra de materiais de escritórios, dentre outros. **Empréstimos e financiamentos e Debêntures:** Os empréstimos e financiamentos e Debêntures são inicialmente reconhecidos aos valores líquidos recebidos pelo financeiro, e o diferencial, tratado como encargos financeiros e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As debêntures são títulos de dívida emitidos por sociedades anônimas e oferecidos diretamente para os investidores (debenturistas), que se tornam credores da Companhia e recebem uma remuneração (geralmente na forma de juros) até o vencimento do título. Seguindo as premissas do CPC 08 (R1)/IAS 32 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de instrumento de dívida (empréstimos, financiamentos ou títulos de dívida tais como debêntures, notas comerciais ou outros valores mobiliários) são contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido do instrumento financeiro emitido, para evidênciação do valor líquido recebido, sob a rubrica de custos a amortizar. **Capitalização de custos de empréstimos:** Os custos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos durante o prazo, os quais são sujeitos a um risco insignificante de perda de valor e são utilizados para a gestão de obrigações de curto prazo. **Contas a receber:** Incluem-se as vendas de UFVs pelas controladas e a prestação de serviço de administração de clientes, ou os termos de um *performance* pela Companhia, para os consórcios e cooperativas registrados com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como clientes, pois representam direitos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros; pelo fato das contas a receber ser liquidadas normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. Referem-se a compras de materiais voltados para a elaboração e desenvolvimento dos geradores solares fotovoltaicos, equipamentos para a construção das fazendas solares, serviços a pagar, compra de materiais de escritórios, dentre outros. **Empréstimos e financiamentos e Debêntures:** Os empréstimos e financiamentos e Debêntures são inicialmente reconhecidos aos valores líquidos recebidos pelo financeiro, e o diferencial, tratado como encargos financeiros e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As debêntures são títulos de dívida emitidos por sociedades anônimas e oferecidos diretamente para os investidores (debenturistas), que se tornam credores da Companhia e recebem uma remuneração (geralmente na forma de juros) até o vencimento do título. Seguindo as premissas do CPC 08 (R1)/IAS 32 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de instrumento de dívida (empréstimos, financiamentos ou títulos de dívida tais como debêntures, notas comerciais ou outros valores mobiliários) são contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido do instrumento financeiro emitido, para evidênciação do valor líquido recebido, sob a rubrica de custos a amortizar. **Capitalização de custos de empréstimos:** Os custos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos durante o prazo, os quais são sujeitos a um risco insignificante de perda de valor e são utilizados para a gestão de obriga

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA EBES SISTEMAS DE ENERGIA S.A. CNPJ nº 12.194.903/0001-30									
Balancos patrimoniais da controladora e consolidado em 1º de janeiro de 2019 - Passivo									
	Controladora				Consolidado				
	Saldo originalmente apresentado	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado	Saldo originalmente apresentado	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado	
Passivo e patrimônio líquido									
Circulante									
Fornecedores	8.024			8.024	8.973			8.973	
Empréstimos e financiamentos	(o) 5.813	(31)		5.782	8.128	(31)		8.097	
Passivo de arrendamento	(e) –		208	208	–		1.000	1.000	
Instrumentos financeiros derivativos	(o) –	31		31	–	31		31	
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	4.338			4.338	4.347			4.347	
Obrigações tributárias	104	(1)		103	538	1		539	
Outros passivos	5.437	1		5.438	5.437	1		5.438	
Total do passivo circulante	23.716	–	208	23.924	27.423	2	1.000	28.425	
Não circulante									
Empréstimos e financiamentos	2.665			2.665	29.262	–		29.262	
Passivo de arrendamento	(e) –			–	–		4.139	4.139	
Pagamentos baseado em ações	(c) –		5.931	5.931	–		5.931	5.931	
Provisão para demandas judiciais	8			8	287			287	
Total do passivo não circulante	2.673		5.931	8.604	29.549	–	10.070	39.619	
Patrimônio líquido									
Capital social	157.017			157.017	157.017			157.017	
Reserva de ágio	(d) 2.211		(827)	1.384	2.211	(827)		1.384	
Prejuízos acumulados	(c)/(d)(k) (58.587)		(6.106)	(64.693)	(58.587)		(6.106)	(64.693)	
Total do patrimônio líquido	100.641		(6.933)	93.708	100.641		(6.933)	93.708	
Total do passivo e patrimônio líquido	127.030	–	(1.002)	126.028	157.613	2	(1.002)	156.613	

Balancos patrimoniais da controladora e consolidado em 31/12/2019 - Ativo

	Controladora				Consolidado				
	Saldo originalmente apresentado	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado	Saldo originalmente apresentado	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado	
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	1.128			1.128	20.192		–	20.192	
Contas a receber	(a) 130			137	5.887	7		5.894	
Partes relacionadas	(b)/(i)/(j)/(l) –	34.961		34.961	–			–	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(a) –	384		384	–	384		–	
Impostos a recuperar	(a) 1.469	9.517		10.986	1.493	9.517		11.010	
Outros ativos	(m) 326	8.584		8.910	2.658	8.584		11.242	
Ativos das operações descontinuadas	(a) 3.053	53.453		56.306	30.230	18.492		48.722	
Total do ativo circulante	15.435	9.908		5.527	15.435	9.908		5.527	
Não circulante	18.488	43.545		62.033	45.665	8.584		54.249	
Caixa restrito	1.962			1.962	16.057			16.057	
Partes relacionadas	(b)/(i)/(l) 26.160	(17.802)		8.358	973	–		973	
Depósitos judiciais	152			152	152	–		152	
Investimentos	(g)/(h)/(k) 59.944	19	(3.955)	56.008	91			91	
Imobilizado	(d)/(m) 22.346	(8.584)		14.589	183.725	(8.584)	827	175.968	
Direito de uso de ativo	(e) –		1.297	1.297	–		6.642	6.642	
Intangível	(b)/(f)/(k)/(l) 13.550	(12.159)		1.391	14.939		(3.641)	1.298	
Total do ativo não circulante	124.114	(38.526)	(1.831)	83.757	215.937	(8.584)	3.828	211.181	
Total do ativo	142.602	5.019	(1.831)	145.790	261.602	–	3.828	265.430	

Balancos patrimoniais da controladora e consolidado em 31/12/2019 - Passivo

	Controladora				Consolidado				
	Saldo originalmente apresentado	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado	Saldo originalmente apresentado	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado	
Passivo e patrimônio líquido									
Circulante									
Fornecedores	(a) 5.882	(1.275)		4.607	7.262	(1.275)		5.987	
Empréstimos e financiamentos	(o) 11.217	(416)		10.801	50.507	(416)		50.091	
Instrumentos financeiros derivativos	(o) –	416		416	–	416		416	
Passivo de arrendamento	(e) –		707	707	–		1.426	1.426	
Partes relacionadas	(i) –	5.000		5.000	–			–	
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	(a) 5.426	(493)		4.933	5.426	(493)		4.933	
Obrigações tributárias	(a) 659	(6)		653	4.179	(6)		4.173	
Outros passivos	(a) 2.168	(387)		1.781	2.168	(387)		1.781	
Passivos das operações descontinuadas	(a) 25.352	2.839	707	28.898	69.542	(2.161)	1.426	68.807	
Total do passivo circulante	41	–	2.161	–	2.161	–		–	
Não circulante	25.352	5.000	707	31.059	69.542	–	1.426	70.968	
Empréstimos e financiamentos	1.885			1.885	76.714	–		76.714	
Passivo de arrendamento	(e) –		615	615	–		5.555	5.555	
Pagamentos baseado em ações	(c) 405		6.107	6.512	405		6.107	6.512	
Provisão para perdas em controladas	(h) 19	19		38	–		–	–	
Provisão para demandas judiciais	3			3	3			3	
Total do passivo não circulante	2.312	19	6.722	9.053	77.122		11.662	88.784	
Patrimônio líquido									
Capital social	196.369			196.369	196.369			196.369	
Reservas de capital	603			603	603			603	
Reserva de ágio	1.664			1.664	1.664			1.664	
Prejuízos acumulados	(g)/(k) (83.198)		(9.260)	(92.458)	(83.198)		(9.260)	(92.458)	
Total do patrimônio líquido	114.938	–	(9.260)	105.678	114.938	–	(9.260)	105.678	
Total do passivo e patrimônio líquido	142.602	5.019	(1.831)	145.790	261.602	–	3.828	265.430	

Demonstrações do resultado da controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2019

	Controladora				Consolidado				
	Saldo originalmente apresentado	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado	Saldo originalmente apresentado	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado	
Receita operacional líquida	19.148			19.148	22.619			22.619	
Custo dos produtos e serviços prestados	(17.353)	(1)		(17.354)	(9.432)	(2)	318	(9.116)	
Lucro (Prejuízo) bruto	1.795	(1)		1.794	13.187	(2)	318	13.503	
(Despesas) Outras receitas operacionais									
Despesas com vendas	(k)/(n) –	(1.760)		(1.760)	–	(2.032)	(2.082)	(4.114)	
Despesas gerais e administrativas	(c)/(e)/(f) (27.267)	1.760	(105)	(25.612)	(29.616)	2.032	(631)	(28.215)	
Outras despesas operacionais, líquidas	(d) 174	1	(220)	(45)	135	2	(219)	(82)	
Resultado de equivalência patrimonial	(g)/(k) 2.406		(2.953)	(647)	–			–	
Prejuízo antes do resultado financeiro	(24.687)	1	(3.278)	(27.964)	(29.481)	2	(2.932)	(32.411)	
Resultado financeiro	(22.892)		(3.278)	(26.170)	(16.294)		(2.614)	(18.908)	
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	1.592		(97)	1.495	(3.387)		(761)	(4.148)	
Imposto de renda e contribuição social	(21.300)		(3.375)	(24.675)	(19.681)		(3.375)	(23.056)	
Prejuízo do exercício das operações em continuidade	–			–	(1.619)			(1.619)	
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	(21.300)		(3.375)	(24.675)	(21.300)		(3.375)	(24.675)	
Prejuízo do exercício	(3.310)		–	(3.310)	(3.310)		–	(3.310)	
Total do exercício	(24.610)		(3.375)	(27.985)	(24.610)		(3.375)	(27.985)	

Balancos patrimoniais da controladora e consolidado em 31/12/2020 - Ativo

	Controladora				Consolidado				
	Saldo originalmente apresentado	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado	Saldo originalmente apresentado	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado	
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	18.592			18.592	26.580			26.580	
Contas a receber	(a) 643			643	830			830	
Partes relacionadas	(i)/(l) 2.150	111		2.261	16.105	111		16.216	
Instrumentos financeiros derivativos	831			831	831			831	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(a) –	225		225	–	225		225	
Impostos a recuperar	(a)/(j) 1.155	6.941	(679)	7.417	1.262	6.940	(679)	7.523	
Outros ativos	(m) 618	7.121		7.739	2.098	7.118		9.216	
Ativos das operações descontinuadas	23.989	39.989	(679)	63.299	47.706	14.394	(679)	61.421	
Total do ativo circulante	7.782	(7.282)		500	7.782	(7.282)		500	
Não circulante	31.771	32.707	(679)	63.799	55.488	7.112	(679)	61.921	
Caixa restrito	1.586			1.586	8.407			8.407	
Contas a receber	(j) 28.691	(25.591)		3.100	1.259			1.259	
Partes relacionadas	(a) 4	4		4	4			4	
Depósitos judiciais	(i) 108			108	108			108	
Outros ativos	(i) 7.118	(7.118)		–	7.118	(7.118)		–	
Investimentos	(g) 64.844	24	(3.100)	61.768	–			–	
Imobilizado	(d) 5.383		827	6.210	155.888		827	156.715	
Direito de uso de ativo	(e) 826		75	901	11.709		(620)	11.089	
Intangível	(f) 1.392			1.392	16.626	(2.786)		13.840	
Total do ativo não circulante	109.948	(32.681)	(2.198)	75.069	201.115	(7.114)	(2.579)	191.422	
Total do ativo	141.719	26	(2.877)	138.868	256.603	(2)	(3.258)	253.343	

Balancos patrimoniais da controladora e consolidado em 31/12/2020 - Passivo

	Controladora				Consolidado			
	Saldo originalmente apresentado	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado	Saldo originalmente apresentado	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado
Receita operacional líquida	2.918			2.918	47.464			47.464
Custo dos produtos e serviços prestados	(3.343)			(3.343)	(12.042)			(12.042)
Lucro (Prejuízo) bruto	(425)	—	—	(425)	35.422	—	—	35.422
(Despesas) Outras receitas operacionais								
Despesas com vendas	(n)	—	(7.822)	(7.822)	—	(9.628)	—	(9.628)
Despesas gerais e administrativas	(c)/(n)	(44.020)	7.822	3.282	(32.916)	(51.574)	9.628	3.282
Outras despesas operacionais, líquidas	(e)/(k)	823		635	(188)	(843)	635	(208)
Resultado de equivalência patrimonial		10.726		10.726				
	(34.117)		3.917	(30.200)	(52.417)		3.917	(48.500)
Prejuízo antes do resultado financeiro	(34.542)		3.917	(30.625)	(16.995)		3.917	(13.078)
Resultado financeiro	(e)	(1.965)	(4)	(1.969)	(14.557)	(4)	(14.561)	(14.561)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(36.507)		3.913	(32.594)	(31.552)		3.913	(27.639)
Imposto de renda e contribuição social	—	—	—	—	(4.955)	—	—	(4.955)
Prejuízo do exercício das operações em continuidade	(36.507)		3.913	(32.594)	(36.507)		3.913	(32.594)
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	(2.017)		—	(2.017)	(2.017)		—	(2.017)
Prejuízo do exercício	(38.524)		3.913	(34.611)	(38.524)		3.913	(34.611)

(a) Reclassificação dos ativos e passivos referentes as operações descontinuadas, por conta do encerramento das atividades de Rooftop e Kit em 2019 e 2020 conforme nota 12. (b) Ajuste referente a transferências dos valores de intangível - Set UP, da controladora para controladas. (c) Registro e atualização do valor justificado das operações de pagamento baseado em ações (Phantoms). (d) Ajuste de correção da amortização do ágio, referente a incorporação da TPG. (e) Em decorrência da implementação do IFRS 16/CPG 06 (R2) - Arrendamentos, vigente a partir de 2019, os valores referentes aos arrendamentos foram devidamente atualizados. Esta atualização foi feita também nas controladas gerando reflexo no método de equivalência patrimonial. (f) Amortização de valores do intangível, referentes ao Set UP das controladas que entraram em operação em 2019. Este ajuste foi feito nas controladas, gerando reflexo no método de equivalência patrimonial. (g) Efeito do método de equivalência patrimonial sobre os ajustes descritos nos itens (e) e (f) que tiveram impacto nas controladas. (h) Transferência dos valores referentes a prejuízo em controladas, dos investimentos (ativo) para provisão perdidas em controladas (passivo). (i) Reclassificação circulante e não circulante (transações de ressarcimento do custo prazo). (j) Ajuste provisão ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias, em decorrência de encerramento filial. (k) Capitalização de ativo intangível - reconhecimento de indenização comercial como parte do ativo intangível quando deveria ser resultado do exercício. (l) Reclassificação de custos incorridos pela controladora em favor de suas controladas para serem ressarcidos por elas no curto prazo. (m) Reclassificação de valores a serem ressarcidos pelas distribuidoras no curto prazo. (n) Abertura das despesas entre vendas e gerais e administrativas. (o) Segregação dos instrumentos financeiros derivativos sobre os empréstimos e financiamentos. As demonstrações dos fluxos de caixa de 31 de dezembro de 2019 estão sendo representadas em decorrência das mudanças acima detalhadas. A Companhia também realizou outras reclassificações para melhor adequar suas demonstrações.

→continuaçãoNOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA EBES SISTEMAS DE ENERGIA S.A. CNPJ nº 12.194.903/0001-30

principalmente aos custos incorridos com as construções em andamento de unidades de geração fotovoltaica (fazendas solares) nas controladoras. Em 31 de dezembro de 2021 foram capitalizados R\$2.777 de juros aos ativos em construção (R\$0 em 31 de dezembro de 2020 e R\$2.631 em 31 de dezembro de 2019). A totalidade das máquinas e equipamentos (fazenda solar) locados e em construção da Companhia e de suas controladoras foram dados em garantia de empréstimos, financiamentos e debêntures, correspondendo a R\$346.669 em 31 de dezembro de 2021 (R\$155.453 e R\$174.625 em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente). Apesar do cenário reflexo da pandemia de COVID-19, bem como a situação financeira da Companhia, descritos na Nota 1, a Administração concluiu que não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos da Companhia e suas controladoras.

15. Direito de uso de ativo e passivo de arrendamento

	Controladora				Passivo de			
	Direito de uso		Equipamentos		arrendamento			
	Edifícios e benfeitorias	Veículos	Equipamentos	Informática	Total			
Saldo em 1 de janeiro de 2019	105	103	—	—	208	—	—	—
Adições	732	653	55	1.440	1.440	—	—	—
Amortização	(239)	(105)	(7)	(351)	—	—	—	—
Juros	—	—	—	—	93	—	—	—
Pagamento - principal	—	—	—	—	(329)	—	—	—
Pagamento de juros	—	—	—	—	(93)	—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	598	651	48	1.297	1.319	—	—	—
Adições	184	154	—	338	338	—	—	—
Amortização	(393)	(325)	(17)	(735)	—	—	—	—
Juros	—	—	—	—	123	—	—	—
Pagamento - principal	—	—	—	—	(697)	—	—	—
Pagamento de juros	—	—	—	—	(123)	—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	389	480	31	900	960	—	—	—
Adições	346	—	—	346	455	—	—	—
Amortização	(66)	(22)	(17)	(105)	—	—	—	—
Baixas	(54)	(210)	—	(264)	(408)	—	—	—
Juros	—	—	—	—	130	—	—	—
Pagamento - principal	—	—	—	—	(38)	—	—	—
Pagamento de juros	—	—	—	—	(130)	—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2021	615	248	14	877	969	—	—	—

	Controladora				Passivo de			
	Direito de uso		Equipamentos		arrendamento			
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Veículos	Equipamentos	Informática	Total		
Saldo em 1 de janeiro de 2019	4.931	105	103	—	5.139	5.139	—	—
Adições	557	803	653	55	2.068	2.067	—	—
Amortização	(208)	(245)	(105)	(7)	(565)	—	—	—
Juros	—	—	—	—	—	757	—	—
Pagamento - principal	—	—	—	—	—	(228)	—	—
Pagamento de juros	—	—	—	—	—	(757)	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	5.280	663	651	48	6.642	6.978	—	—
Adições	5.553	184	154	—	5.891	5.891	—	—
Amortização	(289)	(400)	(325)	(17)	(1.031)	—	—	—
Baixas	(414)	—	—	—	(414)	(451)	—	—
Juros	—	—	—	—	—	927	—	—
Pagamento - principal	—	—	—	—	—	(652)	—	—
Pagamento de juros	—	—	—	—	—	(927)	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	10.130	447	480	31	11.088	11.766	—	—
Adições	21.899	346	109	—	22.354	21.674	—	—
Amortização	(829)	(59)	(22)	(17)	(927)	—	—	—
Baixas	—	(68)	(320)	—	(388)	—	—	—
Juros	—	—	—	—	—	3.728	—	—
Pagamento - principal	—	—	—	—	—	(326)	—	—
Pagamento de juros	—	—	—	—	—	(3.728)	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2021	31.200	666	247	14	32.127	33.144	—	—

Taxa incremental sobre empréstimo: Abaixo demonstram-se as taxas nominais e correspondentes taxas reais para cada vencimento:

Prazos dos contratos	2021		2020		2019	
	Taxa nominal % a.a.	Taxa real % a.a.	Taxa nominal % a.a.	Taxa real % a.a.	Taxa nominal % a.a.	Taxa real % a.a.
2 anos	20,26%	15,06%	7,52%	3,28%	10,48%	6,06%
3 anos	21,17%	16,06%	8,41%	4,17%	10,99%	6,61%
4 anos	21,78%	16,64%	8,97%	4,68%	11,37%	7,03%
5 anos	22,15%	17,08%	9,39%	5,09%	11,63%	7,35%
6 anos	22,49%	17,45%	9,74%	5,44%	11,81%	7,62%
7 anos	22,76%	17,72%	10,01%	5,67%	11,96%	7,83%
8 anos	23,00%	17,93%	10,21%	5,83%	12,05%	7,97%
9 anos	23,21%	18,08%	10,39%	5,98%	12,17%	8,11%
10 anos	23,38%	18,20%	10,54%	6,11%	12,22%	8,28%
11 a 15 anos	23,65%	18,47%	10,80%	6,48%	12,49%	8,50%
Acima de 15 anos	23,76%	18,58%	11,26%	6,63%	12,90%	8,54%

Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber. Valores reconhecidos no resultado: Em 31 de dezembro de 2021, os valores reconhecidos no resultado referentes a pagamentos variáveis ou contratos de baixo valor, não incluídos no passivo de arrendamento foram de R\$2.264 (R\$1.326 em 31 de dezembro de 2020 e R\$1.793 em 31 de dezembro de 2019). Créditos de PIS/COFINS: A Companhia possui direito a crédito de PIS e COFINS sobre os contratos de arrendamento na ocorrência de seus pagamentos. Em 31 de dezembro de 2021 o potencial crédito de PIS/COFINS sobre o fluxo de pagamento bruto é de R\$73 na controladora (R\$46 em 2020 e R\$47 em 2019).

16. Intangível

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Set Up - Fazenda Solar (a)	—	—	—	—	21.598	11.621	9.078	4.346
Ágio (Nota 21.b) (b)	724	944	1.164	1.384	1.551	1.771	1.991	1.383
Software	3.009	438	212	212	3.010	438	213	213
Outros	33	9	16	30	34	10	16	30
	3.766	1.391	1.392	1.626	26.193	13.840	11.298	5.972

(a) Refere-se aos investimentos feitos para desenvolvimento da carteira de clientes dos consórcios e cooperativas, conforme nota 2.5.5. (b) A Companhia manteve a aquisição pelo método antigo e optou pela continuidade da amortização do ágio na adoção inicial dos CPCs/IFRS. A movimentação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 é demonstrada a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Ágio	Software	Outros	Total	Ágio	Software	Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2019 (reapresentado)	1.384	212	30	1.626	1.384	212	30	1.626
Adições	—	65	—	65	—	65	—	65
Amortização	(220)	(65)	(14)	(299)	(220)	(65)	(14)	(299)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	1.164	212	16	1.392	1.164	212	16	1.392
Adições	—	315	—	315	—	315	—	315
Amortização	(220)	(89)	(7)	(316)	(220)	(89)	(7)	(316)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	944	438	9	1.391	944	438	9	1.391
Adições	—	2.828	32	2.860	—	2.828	32	2.860
Amortização	(220)	(256)	(7)	(483)	(220)	(256)	(7)	(483)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	724	3.010	34	3.768	724	3.010	34	3.768
Taxa de amortização %	10	20	20	—	10	20	20	—

	Controladora				Consolidado			
	Ágio	Software	Outros	Set Up - Fazenda Solar	Ágio	Software	Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2019	1.383	213	30	4.346	1.383	213	30	5.972
Adições (Nota 13)	828	65	—	5.289	828	65	—	6.182
Amortização	(220)	(65)	(14)	(557)	(220)	(65)	(14)	(858)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	1.991	213	16	9.078	1.991	213	16	11.298
Adições	—	314	—	6.700	—	314	—	7.014
Amortização	(220)	(89)	(6)	(3.602)	(220)	(89)	(6)	(3.917)
Baixas	—	—	—	(555)	—	—	—	(555)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	1.771	438	10	11.621	1.771	438	10	13.840
Adições	—	2.828	32	13.714	—	2.828	32	16.574
Amortização	(220)	(256)	(7)	(3.737)	(220)	(256)	(7)	(4.220)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.551	3.010	35	21.598	1.551	3.010	35	26.194
Taxa de amortização %	10	20	20	—	10	20	20	—

17. Empréstimos e financiamentos: a) Saldos

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	01/01/19	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	01/01/19
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Empréstimos e financiamentos	75.253	46.639	12.685	8.447	122.727	98.066	126.799	37.359
Notas comerciais	177.574	—	—	—	177.574	—	—	—
Green FIDC Solar GD (Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Sociobancário - Energia Solar) - FIDC	—	—	—	—	204.312	—	—	—
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	—	—	—	—	80.156	—	—	—
Banco saldo credor	—	—	—	—	7	—	—	—
	252.827	46.639	12.685	8.447	584.769	98.066	126.806	37.359
(-) Custos de transação a apropriar	(894)	—	—	—	(3.511)	—	—	—
Circulante	201.909	46.639	12.685	8.447	581.258	98.066	126.806	37.359
Não circulante	231.824	22.938	10.801	5.782	50.529	27.781	50.091	8.097
	251.933	46.639	12.686	8.447	581.257	98.066	126.805	37.359

b) Movimentação: Controladora - 2021

Modalidade	Taxa de juros	Moeda	Vencimento	2020	Captações	Provisão dos juros	Pagamento de juros	Pagamento de principal	Variação Cambial	2021	Circulante	Não circulante
FRN	VC USD + 4,24% a.a.	Dólar	ago/22	—	5.000	22	(20)	(1.667)	218	3.553	3.553	—
CCB	CDI + 3,75% a.a.	BRL	abr/21	1.112	—	13	(34)	(1.091)	—	—	—	—
CCB	CDI + 4,50% a.a.	BRL	jun/22	15.116	—	1.112	(782)	(5.781)	—	9.665	9.665	—
CCB	CDI + 6,00% a.a.	BRL	jun/21	4.102	—	124	(321)	(3.905)	—	—	—	—
CCB	CDI + 6,54% a.a.	BRL	out/23	6.041	—	609	(588)	(1.111)	—	4.951	2.729	2.222
CCB	11,77% a.a.	BRL	dez/24	6.028	—	679	(679)	—	—	6.028	578	5.450
CCB	CDI + 6,73% a.a.	BRL	fev/25	8.406	—	905	(899)	(800)	—	7.612	2.412	5.200
CCB	CDI + 8,47% a.a.	BRL	jun/24	4.079	—	441	(440)	(673)	—	3.407	1.381	2.026
CCB	CDI + 3,0% a.a.	BRL	jan/23	1.754	40.000	67	(34)	(1.750)	—	40.037	37	40.000
NC	CDI + 4,95% a.a.	BRL	jan/23	—	177.000	574	—	—	—	177.574	574	177.000
				46.638	222.000	4.546	(3.797)	(16.778)	218	252.827	20.929	231.898

Controladora - 2020

Modalidade do financiamento	Taxa de	Moeda	Vencimento	2019				Provisão	Pagamento	Pagamento	2020	Circulante	Não circulante
	juros			(reapre-	Captações	dos juros	Pagamento de juros	de principal					
	sentado)												
Capital de Giro	4,80%	Real	ago/21	—	3.500	84	(80)	(1.750)	1.754	1.754	—	—	—
Contrato (FRN)	2,72%	Dólar	jun/20	4.882	—	1.556	(86)	(6.352)	—	—	—	—	—
Financiamento Fazenda Solar	14,68%	Real	mai/23	2.670	—	221	(226)	(2.665)	—	—	—	—	—
Capital de Giro	0,86%	Euro	ago/20	5.134	—	2.463	(22)	(7.575)	—	—	—	—	—
Capital de Giro	4,50%	Real	ago/22	—	10.000	246	(2)	(145)	10.099	6.025	4.074	—	—
Capital de Giro	4,50%	Real	ago/21	—	5.000	95	(78)	—	5.017	5.017	—	—	—
Capital de Giro	3,75%	Real	abr/21	—	130	100	(98)	(1.909)	1.113	1.113	—	—	—
Capital de Giro	6,54%	Real	out/22	—	6.000	123	(82)	—	6.041	1.152	4.889	—	—
Capital de Giro	11,75%	Real	dez/22	—	6.000	28	—	—	6.028	1.794	4.234	—	—
Capital de Giro	6,73%	Real	ago/24	—	8.400	244	(238)	—	8.406	940	7.466	—	—
Capital de Giro	8,47%	Real	mar/24	—	4.050	133	(104)	—	4.079	1.042	3.037	—	—
Capital de Giro	12,28%	Real	mar/21	—	3.039	232	(187)	(3.084)	—	—	—	—	—
Capital de Giro	5,00%	Real	fev/21	—	3.966	198	(198)	(3.966)	—	—	—	—	—
Capital de Giro	6,00%	Real	mar/21	—	1.955	124	(124)	(1.955)	—	—	—	—	—
Capital de Giro	6,00%	Real	mar/21	—	2.726	176	(80)	(1.273)	1.549	1.548	1	—	—
Capital de Giro	6,00%	Real	jun/21	—	2.452	102	—	—	2.554	2.554	—	—	—
				12.686	60.088	6.145	(1.605)	(30.674)	46.639	22.938	23.702		

21. **Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 o capital social da Companhia é de R\$196.369 dividido em 4.227.721 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	2021, 2020 e 2019		01/01/2019	
	Quantidade de ações	Participação	Quantidade de ações	Participação
Acionistas				
TPG ART I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia em Investimentos no Exterior	2.334.763	55%	2.334.763	64%
Mitsui & Co.; Ltd.	713.142	17%	–	0%
MOV Investimentos Ltda.	708.116	17%	708.116	19%
Sustainable Equity Investments S.A.	–	0%	141.644	4%
Outros	471.700	11%	471.710	13%
	4.227.721	100%	3.656.233	100%
Aumentos de capital: (i) Em 12 de abril de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital no valor de R\$39.352, com a subscrição de 713.142 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas e integralizadas por Mitsui & Co Ltd., ao valor de R\$63,00 por ação, passando o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado a ser R\$196.369, dividido em 4.227.721 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; (ii) Neste mesmo ato, no dia 12 de abril de 2019, foi constituída uma reserva de capital por Mitsui & Co Ltd. no montante de R\$5.576 com objetivo de recomprar as ações da Sustainable Equity Investments S.A.; (iii) A Companhia recomprou, com recursos provenientes da conta de reserva de capital, e, subsequentemente, cancelou 141.644 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no valor de R\$4.973 representativas do capital social da Companhia e todas de titularidade de Sustainable Equity Investments S.A., que deixa de ser acionista da Companhia, conforme devidamente aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 12 de abril de 2019.				

Movimentação

Saldo em 1 de janeiro de 2019 –

Reserva de capital constituída 5.576

(-) Recompra de ações (4.973)

Saldo em 31 de dezembro de 2019 603

O capital autorizado atual da Companhia é de 16.128.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, possibilitando o aumento do capital social da Companhia independente da reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão e as demais condições da respectiva subscrição e integralização. b) **Reservas:** *Reserva legal:* A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. Em função dos prejuízos apurados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não foi constituída reserva legal. *Reserva de ágio:* Em 31 de março de 2015, a então controladora TPG ART Participações 1 S.A., foi incorporada pela Companhia, gerando uma reserva de ágio de R\$2.211 (saldo residual de R\$725, R\$945 e R\$1.154 em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente), com base em laudo preparado por especialistas independentes, o qual está sendo amortizado pelo período de 10 anos. *Reserva de capital:* Em 12 de abril de 2019, com o aporte de capital da Mitsui & Co Ltd. no montante de R\$5.576, utilizado para recomprar as ações da Sustainable Equity Investments S.A. pelo valor de R\$4.973, ficando um saldo em reserva no montante de R\$603. c) **Distribuição de dividendos:** Conforme estatuto social a Companhia é obrigada a distribuir dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro apurado em cada exercício. Em função dos prejuízos apurados, nenhuma distribuição de dividendos foi realizada em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019. **22. Resultado por ação:** **Básico e diluído:** O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período. A tabela seguir apresenta o cálculo do prejuízo por ação básico e diluído:

	Controladora e Consolidado		31/12/2021		31/12/2020		31/12/2019	
			(reapresentado)	(reapresentado)				
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia das operações em continuidade	(96.108)	(32.594)	(24.675)	(3.310)	(88)	(2.017)	(3.310)	(3.310)
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia das operações descontinuadas	(96.196)	(34.611)	(27.985)	(4.069)	(88)	(2.017)	(3.310)	(3.310)
	(192.204)	(67.205)	(52.660)	(7.379)	(176)	(4.034)	(6.620)	(6.620)
	(22.75)	(8.19)	(6.89)	(0.81)	(22.75)	(8.19)	(6.89)	(0.81)
	Controladora e Consolidado		31/12/2021		31/12/2020		31/12/2019	
			(reapresentado)	(reapresentado)				
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia das operações descontinuadas	(88)	(2.017)	(3.310)	(3.310)	(88)	(2.017)	(3.310)	(3.310)
Média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	4.228	4.228	4.069	4.069	4.228	4.228	4.069	4.069
Prejuízo básico e diluído por ação - em reais (R\$)	(0,02)	(0,48)	(0,81)	(0,81)	(0,02)	(0,48)	(0,81)	(0,81)

	Controladora		Consolidado		31/12/2021		31/12/2020		31/12/2019	
Receita de venda de mercadorias	101.759	3.654	21.147	–	2.686	10.589	17.713	665	95	58.142
Receita de serviços prestados	17.713	665	95	58.142	47.178	13.662	–	(902)	–	–
(-) Devoluções	(2)	–	–	(2)	–	–	–	–	–	–
(-) Fretes	(11.891)	(499)	(2.093)	(3.988)	(2.400)	(1.632)	–	–	–	–
(-) Impostos sobre receitas	(107.579)	2.918	19.149	54.152	47.464	22.619	–	–	–	–

24. Abertura dos custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado		31/12/2021		31/12/2020		31/12/2019	
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Matérias-primas, materiais e serviços terceiros	(96.197)	(1.664)	(15.141)	(1.428)	(4.201)	(6.019)	(1.664)	(15.141)	(1.428)	(4.201)
Serviços de terceiros	(10.271)	(11.780)	(4.039)	(11.730)	(15.141)	(5.072)	(10.271)	(11.780)	(4.039)	(11.730)
Salários e benefícios a empregados	(44.014)	(24.942)	(18.482)	(44.015)	(24.942)	(18.522)	(44.014)	(24.942)	(18.482)	(44.015)
Pagamentos baseado em ações	(2.875)	(1.321)	(581)	(2.875)	(1.321)	(581)	(2.875)	(1.321)	(581)	(2.875)
Aluguéis	(2.264)	(1.326)	(1.793)	(2.264)	(1.326)	(1.793)	(2.264)	(1.326)	(1.793)	(2.264)
Locomoção, viagens e refeições	(1.973)	(1.353)	(1.885)	(1.973)	(1.353)	(1.985)	(1.973)	(1.353)	(1.885)	(1.973)
Depreciações e amortizações	(1.101)	(1.220)	(1.060)	(1.912)	(9.945)	(3.778)	(1.101)	(1.220)	(1.060)	(1.912)
Despesas tributárias	(562)	104	(785)	(734)	(304)	(2.326)	(562)	104	(785)	(734)
Outras (despesas) e receitas	(1.880)	(579)	(486)	(1.968)	(1.426)	(995)	(1.880)	(579)	(486)	(1.968)
	(161.152)	(44.081)	(44.726)	(79.799)	(60.334)	(41.446)	(161.152)	(44.081)	(44.726)	(79.799)
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(96.922)	(3.343)	(17.354)	(10.100)	(12.042)	(9.116)	(96.922)	(3.343)	(17.354)	(10.100)
Despesas com vendas	(16.068)	(7.822)	(1.760)	(16.068)	(9.628)	(4.114)	(16.068)	(7.822)	(1.760)	(16.068)
Despesas gerais e administrativas	(48.147)	(32.916)	(25.612)	(53.631)	(38.664)	(28.215)	(48.147)	(32.916)	(25.612)	(53.631)
	(161.137)	(44.081)	(44.726)	(79.799)	(60.334)	(41.446)	(161.137)	(44.081)	(44.726)	(79.799)

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado		31/12/2021		31/12/2020		31/12/2019	
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Despesas financeiras	(114)	(414)	(215)	(634)	(2.316)	(1.241)	(114)	(414)	(215)	(634)
Despesas bancárias	(19.472)	(2.742)	(880)	(61.494)	(13.013)	(4.367)	(19.472)	(2.742)	(880)	(61.494)
Juros, multas e descontos	–	–	–	(5.849)	–	–	–	–	–	–
Variação cambial passiva	(13.943)	(3.257)	(1.440)	(13.943)	(3.257)	(1.440)	(13.943)	(3.257)	(1.440)	(13.943)
	(33.529)	(6.413)	(2.535)	(81.920)	(18.586)	(7.048)	(33.529)	(6.413)	(2.535)	(81.920)
Receitas financeiras	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Rendimento de aplicações financeiras	2.780	318	1.076	4.606	590	1.788	2.780	318	1.076	4.606
Juros ativos e descontos	439	866	2.069	110	176	229	439	866	2.069	110
Variação cambial ativa	12.050	3.261	885	12.050	3.260	883	12.050	3.261	885	12.050
	15.269	4.445	4.030	16.766	4.026	2.900	15.269	4.445	4.030	16.766
	(18.260)	(1.968)	1.495	(65.154)	(14.560)	(4.148)	(18.260)	(1.968)	1.495	(65.154)

26. **Imposto de renda e contribuição social:** a) **Imposto de renda e contribuição social correntes:** Demonstramos seguir os cálculos das despesas de imposto de renda e contribuição social para os exercícios indicados:

	Controladora		Consolidado		31/12/2021		31/12/2020		31/12/2019	
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social, incluindo operações descontinuadas	(96.196)	(34.611)	(27.985)	(91.717)	(29.656)	(26.366)	(96.196)	(34.611)	(27.985)	(91.717)
Imposto de renda e contribuição social - alíquota 34%	32.707	11.768	9.515	31.184	10.083	8.964	32.707	11.768	9.515	31.184
Resultado de equivalência patrimonial	(7.977)	3.647	(186)	–	–	–	(7.977)	3.647	(186)	–
Impostos diferidos não constituídos	(24.730)	(15.415)	(9.329)	(35.145)	(15.651)	(9.925)	(24.730)	(15.415)	(9.329)	(35.145)
Efeito do lucro presumido de controladas	–	–	–	(2.236)	507	(50)	–	–	–	(2.236)
Outros	–	–	–	1.718	106	(608)	–	–	–	1.718
	–	–	–	(4.479)	(4.955)	(1.619)	–	–	–	(4.479)
	–	–	–	4,9%	16,7%	6,1%	–	–	–	4,9%

Alíquota efetiva

b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

	Controladora		Consolidado		31/12/2021		31/12/2020		31/12/2019	
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Provisão para <i>Phantoms</i>	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Provisão para bônus	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Provisões para demandas judiciais, realização de impostos e outras	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Variação cambial não realizada	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Outras	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–

(-) Tributos diferidos ativos não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui saldo de prejuízo fiscal e de base negativa de contribuição social de R\$185.519 (R\$120.102 em 31 de dezembro de 2020 e R\$75.028 em 31 de dezembro de 2019) para os quais não foram constituídos créditos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, uma vez que não há expectativa de lucro tributável futuro. **27. Gestão de riscos e instrumentos financeiros:** **Gerenciamento de riscos:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A gestão desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de capital especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão de acordo com as políticas e as estratégias definidas pela sua Administração. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatos de riscos a seguir descritos: **Instrumentos financeiros por categoria de valor justo e contábil:** O valor contábil dos principais instrumentos financeiros não diverge materialmente dos seus respectivos valores justos, e estão classificados a seguir:

	Controladora		Consolidado		31/12/2021		31/12/2020		31/12/2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros										
Custo amortizado										
Contas a receber (Nota 7)	5.092	5.092	2.261	2.261	136	136	5.092	5.092	2.261	2.261
Partes relacionadas (Nota 10)	29.908	29.908	28.691	28.691	43.319	43.319	29.908	29.908	28.691	28.691
Valor justo por meio do resultado										
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	31.649	31.649	18.592	18.592	1.128	1.128	31.649	31.649	18.592	18.592
Caixa restrito (Nota 5)	318.685	318.685	2.229	2.229	1.962	1.962	318.685	318.685	2.229	2.229
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 8)	141	–	831	–	–	–	141	–	831	–
Passivos financeiros										
Custo amortizado										
Fornecedores	31.227	31.227	4.698	4.698	4.606	4.606	31.227	31.227	4.698	4.698
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	251.933	252.102	46.639	46.522	12.686	12.654	251.933	252.102	46.639	46.522
Debêntures (Nota 18)	218.649	220.445	–	–	–	–	218.649	220.445	–	–
Passivo de arrendamentos (Nota 15)	971	971	962	962	1.322	1.322	971	971	962	962
Partes relacionadas (Nota 10)	12.296	12.296	–	–	5.000	5.000	12.296	12.296	–	–
Valor justo por meio do resultado										
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 8)	1.738	1.738	–	–	416	416	1.738	1.738	–	–
Pagamentos baseados em ações - <i>Phantoms</i> (Nota 19)	10.708	10.708	7.833	7.833	6.512	6.512	10.708	10.708	7.833	7.833

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA EBES SISTEMAS DE ENERGIA S.A. São Paulo, **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EBES Sistemas de Energia S.A. (Companhia), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa

—☆ continuação

EBES SISTEMAS DE ENERGIA S.A. CNPJ nº 12.194.903/0001-30

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que

cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 22 de fevereiro de 2022



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
 CRC-2SP034519/O-6
Cristiane Cléria S. Hilário
 Contadora - CRC-1SP243766/O-8

Assinado por EMPRESA FOLHA DA MANHA S A:60579703000148 em 12/04/2022 19:16:13 com o número de série 61853EF56F3FC8EF.